

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.177 - SP (2019/0354979-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANILO CAETANO SILVESTRE TORRES - SP306373
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HERVAL HUFFENBAECHER NETO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **HERVAL HUFFENBAECHER NETO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, na forma do art. 71, *caput*, primeira parte, ambos do Código Penal, à pena de 10 anos, 4 meses e 3 dias de reclusão, em regime inicial fechado, com o pagamento de 24 dias-multa (e-STJ, fls. 39-44).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, perante o Tribunal de origem, que lhe negou provimento, conforme a seguinte ementa:

"Roubo. Artigo 157, §2º, inciso II e § 2º-A, inciso I, CP. Conjunto probatório robusto para lastrear o decreto condenatório. Reconhecidas as duas majorantes no crime de roubo (concurso de agentes e uso de arma de fogo), as quais foram devidamente comprovadas pelo seguro depoimento da vítima e pelos elementos apurados nos autos - Aumentos aplicados em conformidade com a lei e de acordo com o princípio da individualização da pena. Regime fechado mantido. Único regime que se mostra compatível com a reprovabilidade e as circunstâncias do crime. Recurso improvido" (e-STJ, fl. 67).

Nesta Corte, sustenta a defesa, em síntese, que ocorre constrangimento ilegal, no caso, pois "[e]m sede de terceira fase da dosimetria, foi aplicado a pena, diante da incidência de uma das quatro causas de aumento previstas no art. 157, § 2º, do Código Penal, isto é, concurso de agentes, preconizada no inciso II do referido artigo, aumento a reprimenda de 1/3 (um terço) e por força da causa de aumento prevista no art. 157, § 2º-A, inciso I, do Código Penal, foi novamente majorada a reprimenda no importe de 2/3 (dois terços)" (e-STJ, fl. 5).

Aduz que "a norma penal se extrai da leitura do artigo 68, parágrafo único, do Código Penal, determina que em caso de concurso de causas de aumento previstas na parte especial do Código Penal, deve o juiz limitar a majoração a um só aumento, prevalecendo, a que mais aumente" (e-STJ, fl. 6).

Invocando a dicção das Súmulas 718 e 719, ambas do STF, e 440 desta Corte, assevera que, "tendo em vista a limitação da majoração da pena final atribuída ao paciente, tem se que sua pena inevitavelmente restará fixada em um patamar inferior a 8 (oito)

Superior Tribunal de Justiça

anos de reclusão, sendo cabível o regime inicial semiaberto, com fundamento do artigo 33, § 2º, alínea 'b' do Código Penal".

Salienta que "o disposto no artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal [prevê que] toda a prisão anterior a lavratura de uma sentença condenatória deve ser computada para fins de fixação de regime inicial de cumprimento de pena mais brando" (e-STJ, fl. 15).

Requer, assim, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, para que "se determine que a majoração da pena final aquela que mais aumente (leia-se: aquela prevista no § 2º-A do artigo 157 do Código Penal), com fundamento no artigo 68, PU do Código Penal, bem como para fixar o regime inicial SEMIABERTO, bem como para que se aplique o instituto da detração penal, em favor do paciente (e-STJ, fl. 22).

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Devidamente instruídos, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Após, retornem conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator